

“O Estado não pode se omitir de proteger o cidadão”

Vice-governadora destaca que programas do GDF exigem contrapartida do beneficiário, mas há casos que necessitam de ação emergencial

Os resultados obtidos em 2003 pela Agência de Desenvolvimento Social criam uma expectativa positiva para este ano?

– Com absoluta certeza. A criação da Agência estabeleceu a coordenação central do trabalho desenvolvido por 13 secretarias, possibilitando um diagnóstico mais preciso da ação social, além de uma avaliação permanente. Podemos classificar 2003 como um ano de grandes realizações, quando não apenas demos continuidade aos programas já existentes como os aperfeiçoamos e os ampliamos, o que permitiu melhor distribuição dos recursos. Além disso, quanto aos programas de transferência de renda, estabelecemos o maior repasse do País com a criação do Renda Solidariade.

– Em que aspectos é possível melhorar? Sempre é possível melhorar. Pelo que conheço da área social no Brasil, não tenho

dúvida em afirmar que o Programa de Desenvolvimento Social implementado no Distrito Federal, por ter planejamento, execução, avaliação e resultado, é o melhor do País. Mas é claro que o aperfeiçoamento é uma meta contínua.

– Um debate, como o das mesas-redondas organizadas pelo JB, pode auxiliar nesse aperfeiçoamento? – Uma discussão crítica, de reflexão, com apresentação de propostas pode, sim, sugerir correção de alguns aspectos. Há muita gente com experiência consolidada. Um debate como esse reúne todos os atores do cenário social – os que propõem, os que fazem, os que já fizeram, os que já erraram e corrigiram. É um fórum para discutirmos Brasília.

– Apesar de todo o avanço conceitual e metodológico, permanecem algumas críticas aos programas específicos, como os de transferência de renda, por vezes tachados de assistencialistas. Há exagero nessa avaliação?



“O maior parceiro dos programas sociais do GDF, o melhor fiscal, tem sido a própria comunidade



EXEMPLO As oficinas de solidariedade são um exemplo de ação social citado pela vice-governadora

– Na maioria das vezes, tenho a impressão que os críticos sistemáticos são aqueles que lidam com números, estatísticas, relatórios, mas que nunca têm contato direto com a realidade. Não vêem o dia-a-dia, por exemplo, de senhoras que criam os netos de filhas que se prostituíram e deixaram as crianças com ela. Aliás, crianças que, na maioria das vezes, não têm o que comer e choram de fome. Creio que isso é muito diferente que a frieza de um relatório. No aspecto prático, é preciso atuar nas duas facetas do quadro social – investir na

transferência de renda e em programas de desenvolvimento. O Estado não pode ser omissos nos programas de proteção continuada.

– Em suma, não pode ficar limitado à questão da transferência de renda...

– De maneira alguma. Nosso intuito é fazer com que o beneficiário se desligue, o mais rapidamente possível, da assistência do Estado e evitar a cristalização da dependência. As pessoas têm vergonha dessa dependência, não gostam de ser cadastradas como pobres.

Temos casos, cartas de pessoas pedindo desligamento porque a filha já trabalha. São vários os exemplos de conscientização.

– Como se alcança essa emancipação?

– O cadastro único, que começamos a desenvolver no ano passado, serve para checar quem está recebendo quais benefícios, se está fazendo bom uso daquele recurso. Além disso, evita que haja superposição de programas. Mas é preciso destacar que ninguém recebe um benefício social sem dar a contrapartida.

Esse é o grande enfoque, fazer com que as pessoas sejam alfabetizadas, que façam cursos, tenham microcrédito, aprendam artesanato, confeitaria, costura, para que saiam daquela situação.

– Há um limite de tempo para receber esses benefícios sociais?

– São muitas as variáveis no campo social, o que impede que se tenha essa lógica matemática. Temos um determinado rumo, trabalhamos em cima dele, mas isso não configura uma ciência exata. O tempo médio para permanecer no programa é de dois anos, mas aos dependentes químicos, portadores de deficiência ou idosos abandonados, por exemplo, esse limite não valerá. Certamente será maior.

– Fiscais dos programas do GDF constataram irregularidades em visitas domiciliares. É um sinal que conceder pode resultar em uma população acostumada a esmolas?

– Sempre existirão os espertos, os que gostam de levar vantagem. Havia gente que recebia cesta básica para dar ao chacreiro. É uma cultura que está sendo modificada, e na base da fiscalização. Temos grupos de visitadores, mas o maior fiscal é a população. O maior parceiro dos programas sociais do GDF tem sido a própria comunidade.